

04/04/2012

As dúvidas do empresariado

Por Carlos Lessa

O Brasil percorre uma trajetória de crescimento medíocre há mais de três décadas. Os números de 2011 são ruins e caracterizam uma trajetória de "voo de galinha". Em 2005, o Brasil cresceu medíocres 3,2%; até 2007, quase dobrou. A galinha aterrissa, em 2008 e 2009, a economia decresce 0,3%. Em 2010, a galinha começa a voar e chega a 7,5%. A gritaria de retorno da inflação inspira uma política de elevação de juros e contração de crédito. A galinha volta a aterrissar e, em 2011, mergulha nos medíocres 2,7%, quando a média mundial foi 3,8% de crescimento do PIB. Já teve início uma orquestração otimista. Apesar de a taxa de investimento ter caído em 2011 em relação a 2010, o governo festeja a pequena elevação da formação bruta de capital fixo.

A Fundação Getúlio Vargas anuncia que, nos próximos dois anos, 12,5 milhões de brasileiros atingirão a classe C e 6,5 milhões, as classes A e B. Entretanto, a participação da indústria de transformação no Produto Interno Bruto (PIB) retrocedeu em 2011 a meados de 1950 (início da era JK). O país se desindustrializa e se desnacionaliza há décadas e, só agora, o governo percebe que houve alguma desintegração em elos da cadeia industrial e que a atual taxa de câmbio, com o real supervalorizado, é a principal responsável.

A contração da indústria de transformação no Brasil é assustadora, não porque outros setores tenham crescido (mineração, agroindústria, construção civil), mas porque há contração da atividade industrial com o mercado interno brasileiro crescendo. Por exemplo, no ano passado, a produção de filmes plásticos se contraiu, apesar de o consumo brasileiro desse produto ter se expandido em mais de 6%. Obviamente, as importações cresceram.

Participação da indústria de transformação no PIB em 2011 retrocedeu a meados de 1950

A Índia se propõe a crescer sua indústria, entre 2012 e 2017, entre 12% e 15% ao ano. Enquanto isto, o Brasil retrocede a participação da indústria no PIB aos anos JK. A industrialização indiana vai para a frente; e a brasileira, para trás.

As empresas abertas com registro em bolsa têm, em caixa, mais de R\$ 280 bilhões. Sempre se afirma que a preferência pela liquidez aprofunda a crise, pois há o abandono dos investimentos produtivos em ampliação de capacidade para as aplicações financeiras.

Tal comportamento macroirracional é correto pelo ângulo míope da empresa; serve à sua defesa. Ao fazê-lo, a empresa dominante no mercado espera adquirir outras empresas, ampliando sua participação no mercado. É sabido que o sonho de qualquer empresa é ser a única a vender e a única a comprar tudo o que necessita para produzir. Comprar uma empresa debilitada é o sonho da empresa com amplo predomínio de mercado.

Dada a política nacional de estímulo às importações e de passividade ante a valorização do real, as empresas têm em mãos um instrumento para cortar margens de lucro de seus fornecedores internos, mediante importações de componentes e matérias primas. Ao fazê-lo, torna-se um agente de atrofia de cadeias produtivas internas da economia brasileira e destruidor de empregos qualificados. A empresa industrial, nesse caso, torna-se adversária da industrialização e adepta da doutrina de livre câmbio e da especialização em exportações primárias.

A Fiesp, com lucidez, pelo diretor Paulo Francini, afirma que "as empresas estão com um número de empregados além do que necessitam". Desaquecimento da economia norte-americana, crise progressiva na Europa e provável redução de crescimento chinês são algumas das dimensões redutoras que se projetam para a frente. Presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), mais uma vez pediu, em março, o aumento dos investimentos públicos e a diminuição dos prazos para o licenciamento ambiental.

A indústria brasileira conhece bem os voos de galinha e, como São Tomé, quer ver para crer. Olha, com temor, o anúncio do corte de R\$ 55 bilhões no Orçamento da União, em 2012, justificado pelo perene objetivo de criar superávit primário (pagar juros) de R\$ 140 bilhões. O grave do anúncio é que os cortes estão concentrados no investimento público. O governo considera sagrada a indexação da dívida pública e nada significa anunciar que irá "acelerar" as grandes obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A Copa do Mundo de 2014 não será apoiada por um conjunto de obras definidas como essenciais para o transporte durante o evento. O empresário sabe que os investimentos federais estão fora do ritmo. Além do mais, não consegue perceber qual é o projeto de desenvolvimento nacional. Agora, anuncia que irá apoiar hidrelétricas em países vizinhos. Apesar de meritória a intenção, sinaliza que os atrasos dos grandes projetos hidrelétricos serão reproduzidos.

Os números de endividamento familiar são preocupantes. Não sei como isso é estimado nos EUA, mas li que as famílias americanas têm um comprometimento de 17% de sua renda; no Brasil, o comprometimento já atingiu 22,3% contra 15,6% de 2005. A estimativa brasileira assume como base a massa de salários e auxílios previdenciários. Foi saudável o crescimento do endividamento familiar por compra de moradia, porém sustentar a marcha da construção civil exigirá reduzir o crédito a veículos automotores e demais bens duráveis de consumo (mas o governo está estudando isenções e facilidades para esses setores!). O fato inquietante é a ampliação do endividamento familiar visível na evolução da inadimplência. Apesar de o salário mínimo real ter crescido, são as famílias próximas a esse nível são as que mais têm dívidas crescentes. Os bancos anunciam queda de seus lucros devido ao aumento da inadimplência. Qualquer empresário se pergunta: o governo irá colocar algodão no ouvido?

Gosto do anúncio de que o Banco do Brasil irá reduzir os juros e ampliar sua participação no crédito. Porém, duvido dessa orientação, pois irá bater de ponta-cabeça com os bancos privados. Qualquer empresário, inseguro em relação ao futuro, prefere desfrutar do mercado existente e ampliar seu "rentismo" como forma de se sustentar viável. Foge, como o diabo da cruz, de se endividar com grandes investimentos em ampliação de capacidade produtiva.

Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro de Lessa é professor emérito de economia brasileira e ex-reitor da UFRJ. Foi presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; escreve mensalmente às quartas-feiras.

E-mail: carlos-lessa@oi.com.br